REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

TURISMO RURAL, EMPODERAMENTO FEMININO E PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO CAMPO: EVIDÊNCIAS DE 2024 E PERSPECTIVAS EM ITUIUTABA-MG

RURAL TOURISM, WOMEN'S EMPOWERMENT AND YOUNG PEOPLE STAYING IN RURAL AREAS: EVIDENCE FROM 2024 AND PROSPECTS IN ITUIUTABA, BRAZIL

Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas • 21/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795151686

Ana Cecília Guedes[1]

Elicardo Heber de Almeida Batista[2]

Rosa Betânia Rodrigues de Castro[3]

Cristhyane Millena de Freita[4]

Lúcia Helena Ferreira Lopes[5]

Alessandra Aparecida Franco[6]

RESUMO

Este artigo analisa o turismo rural como alternativa de empoderamento feminino e permanência dos jovens no campo em Ituiutaba-MG e região. A abordagem quali-quantitativa retoma pesquisa de 2024, publicada em 2025, com 50 participantes, complementada por levantamento exploratório e descritivo de 2026, com 78 adultos, 32 vinculados a propriedades rurais. Em 2024, cerca de 30% identificaram diferenciais produtivos. Em 2026, 13 dos 32 reconheceram potencial turístico; 21 de 31 respostas indicaram interesse baixo ou nulo em ofertá-lo. Nove dos 12 jovens vinculados visitaram atrativos, mas apenas quatro considerariam ofertar turismo; 17 das 19 mulheres vinculadas apresentaram participação baixa ou nula. As oportunidades dependem de planejamento participativo, capacitação, infraestrutura e autonomia dos sujeitos.

Palavras-chave: turismo rural; desenvolvimento rural; mulheres; juventude rural; Ituiutaba.

ABSTRACT

This article examines rural tourism as an opportunity for women's empowerment and youth retention in Ituiutaba, Brazil, and its surrounding region. The mixed-methods approach revisits a 2024 study, published in 2025, with 50 participants, complemented by a 2026 exploratory descriptive survey of 78 adults, 32 with ties to rural properties. In 2024, approximately 30% identified distinctive production features. In 2026, 13 of 32 perceived tourism potential; 21 of 31 responses indicated little or no interest in providing tourism services. Nine of 12 young respondents with property ties visited attractions, but only four would consider offering tourism; 17 of 19 women with property ties reported low or no participation. Opportunities depend on participatory planning, training, infrastructure and individual autonomy.

Keywords: rural tourism; rural development; women; rural youth; Ituiutaba.

1. INTRODUÇÃO

As transformações econômicas, a modernização da agricultura e o crescimento urbano têm repercussões importantes sobre a dinâmica demográfica do campo brasileiro. Em pequenos municípios e regiões tradicionalmente agrícolas, a busca por ocupações e melhores condições de vida nos centros urbanos desafia as possibilidades de reprodução social das famílias rurais. O turismo rural constitui uma das alternativas de diversificação econômica e social nesse contexto. Em Ituiutaba, município do Pontal do Triângulo Mineiro, e em seu entorno, a agricultura e a pecuária assumem papel central na economia, mas convivem com paisagens naturais, manifestações culturais, práticas gastronômicas e formas de sociabilidade que podem integrar experiências turísticas. Quando planejadas com a participação das comunidades, essas atividades podem ampliar as oportunidades de trabalho para mulheres e jovens, grupos que encontram limitações no acesso a recursos produtivos e à capacitação.

A compreensão do turismo rural pressupõe a discussão sobre a própria definição do rural. A categoria não se confunde necessariamente com a produção agrícola e pecuária, nem se delimita a partir de um único setor da economia. As áreas rurais comportam atividades produtivas, funções ambientais e ecológicas, formas de residência e relações sociais que se articulam com os espaços urbanos. Também não há isolamento absoluto entre o campo e a cidade, uma vez que redes comerciais, institucionais, familiares e de trabalho conectam os territórios. Nesse sentido, a

diversificação de atividades econômicas e a multifuncionalidade do rural constituem elementos importantes para interpretar as possibilidades de desenvolvimento territorial.

As perspectivas endógenas e exógenas de desenvolvimento rural, bem como suas combinações, permitem considerar a pluralidade das realidades empíricas. A dinâmica econômica de uma localidade depende das características do território, das iniciativas de seus moradores, da atuação das instituições e da relação com forças externas. A valorização de paisagens, a conservação ambiental, o turismo ecológico e o agroturismo representam possibilidades de desenvolvimento que se somam às funções agrícolas, sem pressupor a substituição da agricultura. A complementaridade entre agricultura, atividades não agrícolas e serviços oferecidos em municípios de pequeno e médio porte é destacada por Kinsella *et al.* (2000), ao discutirem a pluriatividade das famílias rurais.

O artigo de Guedes *et al.* (2025), elaborado a partir de uma investigação de campo em Ituiutaba-MG em 2024, identificou potencialidades para o turismo rural, especialmente no que diz respeito à autonomia econômica das mulheres, à participação da juventude e à valorização das tradições locais. Os resultados apontaram, ao mesmo tempo, a necessidade de capacitação, de apoio institucional e de políticas públicas para a atividade. Esse estudo constitui o eixo empírico principal da presente análise.

Entretanto, identificar recursos ou reconhecer as possibilidades do turismo rural não basta para compreender a disposição dos sujeitos para desenvolver a atividade. A realização de um levantamento complementar em 2026 tornou possível explorar questões que não haviam sido quantificadas no estudo anterior, como a frequência de

participação em experiências turísticas, a percepção da valorização cultural, o reconhecimento de potencial nas propriedades e a intenção de ofertar atividades. A articulação dessas informações possibilita examinar em que medida as expectativas apresentadas em 2024 encontram condições concretas de realização.

O objetivo deste artigo é revisitar as evidências de 2024 sobre o potencial do turismo rural para o desenvolvimento local, o empoderamento feminino e a permanência dos jovens no campo em Ituiutaba-MG e região, complementando-as com dados coletados em 2026. A comparação entre os levantamentos é de natureza temática e descritiva, uma vez que os instrumentos e grupos de participantes são distintos. Busca-se, assim, identificar convergências, diferenças de perspectiva e condicionantes que orientem estratégias de desenvolvimento territorial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Ruralidades e Desenvolvimento Rural

As pesquisas sobre os espaços rurais e urbanos têm evidenciado a insuficiência de uma interpretação dual das sociedades contemporâneas, segundo a qual o campo se caracterizaria essencialmente pela produção agrícola e a cidade pelas atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços. A sociologia rural clássica compreendia a sociedade rural como um universo social específico, cujas ocupações derivavam, em grande medida, do cultivo de plantas e da criação de animais. Nessa perspectiva, as diferenças ocupacionais constituiriam um dos principais elementos de distinção entre as sociedades rurais e urbanas.

Somavam-se a essas diferenças as condições ambientais relacionadas à proximidade dos habitantes rurais com a natureza. Solari (1979) identificava a relação direta com a terra, a exposição às condições físicas do ambiente e a natureza das ocupações como características das populações rurais. A menor densidade demográfica, o tamanho das comunidades e a homogeneidade relativa das relações sociais também apareciam como elementos de diferenciação. O mundo urbano, por sua vez, era descrito a partir da heterogeneidade das ocupações, das populações e das formas de sociabilidade.

Na abordagem de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986), as diferenças entre o mundo rural e o urbano envolveriam aspectos ocupacionais, ambientais, demográficos e sociais. A relação entre campo e cidade estabelecia-se simultaneamente pela complementaridade e pela diferenciação desses espaços. A interpretação dicotômica do rural implicava, frequentemente, uma associação entre modernização e urbanização, de tal modo que o desenvolvimento das áreas rurais seria entendido como aproximação progressiva às características urbanas. A retração das atividades agrícolas e a redução relativa da população rural passaram, nesse contexto, a ser interpretadas como possíveis sinais de desaparecimento do rural.

Em contraposição, diferentes abordagens passaram a examinar as mudanças do mundo rural a partir das novas formas de sociabilidade e das relações que os territórios rurais estabelecem com as cidades. Nessa perspectiva, a modernização da agricultura e a incorporação de padrões de vida urbanos não significam a dissolução automática das especificidades do campo. O rural transforma-se e permanece como espaço de vida, produção, lazer e

construção de identidades, em relações cada vez mais complexas com outros territórios.

Kayser (1990), ao analisar a realidade francesa, identificou processos de revitalização rural marcados pelo retorno de populações ao campo, inclusive de famílias que não tinham a agricultura como atividade econômica principal. A busca por moradia e qualidade de vida evidenciava que os espaços rurais poderiam ser valorizados por funções distintas da produção agropecuária. No contexto inglês, Marsden (1995) abordou a reorganização dos espaços rurais e a diversificação econômica associada a perspectivas ambientais, para além da produção agroindustrial.

As novas concepções do rural passaram a considerar dimensões identitárias, espaciais e relacionais. Mormont (1989) contribuiu para o debate sobre a redefinição dessa categoria, destacando as relações e representações constituídas pelos sujeitos que atribuem significados ao rural. A compreensão das transformações territoriais exige, portanto, considerar a interdependência entre as diferentes atividades econômicas, os modos de vida e as relações sociais, sem reduzir o rural à agricultura ou considerá-lo mera extensão do urbano.

Isso não significa, entretanto, que as atividades agropecuárias tenham deixado de qualificar o espaço rural. Carneiro (2008) demonstra a importância da figura do agricultor nas representações sociais do campo. A agricultura permanece como elemento de identificação, apesar da heterogeneidade das famílias e das diferentes formas de ocupação existentes nos territórios rurais. A distinção entre campo e cidade, nesse sentido, não é apenas administrativa, mas também social e simbólica.

As transformações nas formas de ocupação das famílias rurais têm relação com a modernização da agricultura, com a redução da demanda por mão de obra em determinados sistemas produtivos e com o crescimento de atividades não agrícolas. Essas mudanças evidenciam a necessidade de analisar os territórios a partir de suas economias locais e regionais. A produção animal e vegetal pode continuar constituindo o centro das atividades de uma família, enquanto outros integrantes se dedicam a serviços, comércio, processamento de alimentos, artesanato ou atividades realizadas em municípios próximos.

Baptista (2009) chama atenção para a reorganização socioeconômica dos territórios rurais de baixa densidade, considerando a redução da centralidade do trabalho agroflorestal e a emergência de novas relações entre residência, trabalho e rendimento. O crescimento das atividades não agrícolas coloca desafios às políticas públicas, especialmente quando a diversidade de ocupações e demandas das famílias deixa de ser contemplada por intervenções exclusivamente setoriais. A possibilidade de permanecer no campo, sem depender exclusivamente da produção agrícola, abre espaço para pensar novas estratégias de desenvolvimento.

O turismo rural integra esse movimento. Conforme Baptista (2001), o rural passa também a ser procurado por pessoas que vivem nas cidades e desejam conhecer a natureza e as atividades relacionadas a ela. Tal processo amplia as relações entre os territórios e cria novas oportunidades econômicas e sociais. As políticas públicas de desenvolvimento rural precisam, portanto, incorporar as funções paisagísticas, ecológicas e culturais do campo, articulando-as ao fortalecimento das famílias e das atividades agrícolas.

2.2. Turismo Rural e Valorização Cultural

No Brasil, o turismo rural tem sido discutido como estratégia de diversificação econômica, conservação ambiental e valorização das identidades locais. O contato entre moradores e visitantes pode favorecer o reconhecimento de práticas produtivas, modos de vida e conhecimentos tradicionais. Atividades como produção artesanal, hospedagem, gastronomia, visitação a propriedades, trilhas e acompanhamento de práticas agropecuárias possibilitam a ampliação da oferta de bens e serviços no interior. A apropriação econômica desses recursos depende, contudo, de organização, infraestrutura, segurança e interesse dos sujeitos locais.

Pato (2015) demonstra a importância de considerar os agentes que organizam a oferta turística e as particularidades do território na avaliação das contribuições do turismo rural. A diversidade de ocupações e a criação de empreendimentos no campo podem ampliar as possibilidades de reprodução social das famílias, favorecendo alternativas ao êxodo rural (Schneider; Gazolla, 2008). Não se deve, entretanto, presumir que a existência de determinado recurso natural ou cultural implique sua valorização econômica imediata ou que todas as famílias tenham interesse em desenvolver a atividade.

As festas tradicionais, os saberes associados à produção de alimentos, as manifestações religiosas, as narrativas e os espaços de convivência das comunidades integram dimensões do patrimônio cultural rural. Ceretta, de Mello e Zamberlan dos Santos (2016) abordam as relações entre patrimônio imaterial, desenvolvimento rural e extensão, evidenciando a relevância de reconhecer as referências culturais existentes nas comunidades. A inserção dessas

manifestações em atividades turísticas pode contribuir para sua visibilidade, desde que respeite os significados atribuídos pelos grupos que as realizam e sua autonomia para decidir o que desejam compartilhar.

As potencialidades identificadas em Ituiutaba e região, no estudo de Guedes *et al.* (2025), incluem cachoeiras, paisagens, hospitalidade e produção artesanal de alimentos e bebidas. As características culturais e naturais de Minas Gerais oferecem possibilidades de elaboração de experiências relacionadas à gastronomia, ao patrimônio e aos modos de vida locais (Lima *et al.*, 2023). Em vez de pensar esses elementos isoladamente, sua articulação em roteiros pode contribuir para distribuir os benefícios da atividade e conectar comunidades, propriedades e serviços de apoio.

A valorização do patrimônio demanda governança participativa. Paulino, Burgos-Tartera e Aulet (2023) ressaltam a importância do envolvimento das comunidades nas decisões relativas ao patrimônio imaterial. A organização turística deve contemplar a preservação cultural, as condições ambientais e os interesses das populações locais, evitando transformar a experiência cotidiana em produto imposto de fora. Essa dimensão é particularmente importante quando se discute a participação de mulheres e jovens.

2.3. Mulheres e Juventude no Desenvolvimento Rural

A emigração de mulheres e jovens para as cidades tem implicações para a reprodução social das famílias e para a continuidade de atividades econômicas e culturais no campo. Carneiro (1998) e Abramovay (2003) discutem os desafios colocados pelas transformações econômicas e pela necessidade de construir

perspectivas de trabalho e desenvolvimento nas regiões rurais. A permanência não pode ser compreendida apenas como continuidade da atividade agrícola familiar, pois depende da possibilidade de acesso à educação, à renda, à participação social e à autonomia dos sujeitos.

O turismo rural oferece possibilidades de incorporar diferentes conhecimentos, aptidões e formas de trabalho às estratégias familiares. No caso das mulheres, destacam-se a produção artesanal, a gastronomia, a comercialização de alimentos, a hospitalidade e a gestão de empreendimentos. Lunardi, Souza e Perurena (2015) analisam a divisão do trabalho de homens e mulheres no turismo rural, permitindo problematizar de que maneira atividades frequentemente associadas às mulheres são reconhecidas e valorizadas. O potencial econômico desses saberes não implica, necessariamente, redistribuição das responsabilidades ou acesso das mulheres à renda gerada.

O empoderamento feminino deve ser compreendido para além da participação econômica. O controle de recursos produtivos e a capacidade de tomar decisões são dimensões centrais da autonomia (Deere; León, 2001; Siliprandi, 2015). Brenzan *et al.* (2021), em estudo sobre um roteiro de turismo rural no Paraná, destacam a relevância da atuação feminina, enquanto Duarte e Pereira (2018) identificam o papel das mulheres na manutenção de empreendimentos turísticos em um circuito do Distrito Federal. Essas experiências ajudam a interpretar o turismo como oportunidade de reconhecimento do trabalho feminino, sem ignorar as desigualdades que podem limitar a participação.

Figueroa-Domecq, de Jong e Williams (2020) ressaltam a necessidade de relacionar o empreendedorismo turístico às condições institucionais, sociais e de gênero. A ampliação da participação econômica feminina depende da disponibilidade de tempo, acesso a recursos, condições de trabalho e possibilidades de gestão. Nesse sentido, a capacitação e o apoio ao empreendedorismo devem estar articulados às necessidades de cada família e ao respeito pela decisão de participar ou não da atividade.

Quanto à juventude, a continuidade das atividades rurais pressupõe condições que sejam atrativas tanto econômica quanto socialmente. Abramovay (1999) e Gaviria e Menasche (2006) abordam a relevância das perspectivas dos jovens para o desenvolvimento territorial. O turismo rural pode favorecer sua participação em funções de gestão, comunicação, atendimento, planejamento de roteiros e divulgação de produtos e serviços. Essas atividades possibilitam associar conhecimentos adquiridos em contextos escolares e urbanos às experiências familiares e às oportunidades existentes no território de origem.

O uso de recursos tecnológicos amplia possibilidades de divulgação, reserva de visitas, comercialização de produtos e construção de mapas e roteiros. Gaweleta e Billota (2022) relacionam o planejamento integrado do turismo à agricultura familiar e ao desenvolvimento regional. Para a juventude, essas modalidades de atuação podem contribuir para criar novos projetos profissionais, sem que a permanência no campo dependa da reprodução das mesmas ocupações das gerações anteriores. No entanto, é necessário investigar se o interesse em participar como visitante se converte em disposição para organizar e gerir um empreendimento.

3. METODOLOGIA

O estudo apresenta abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, e tem como referência o município de Ituiutaba, situado no Pontal do Triângulo Mineiro, e localidades de seu entorno. Sua principal fonte empírica corresponde aos resultados publicados por Guedes *et al.* (2025), referentes à pesquisa desenvolvida entre março e junho de 2024. Na investigação original foram realizadas 50 entrevistas semiestruturadas com mulheres de diferentes idades e jovens de até 30 anos. Os resultados publicados foram complementados por dados de fontes secundárias e analisados por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2011) e estatística descritiva. Na presente pesquisa, retomam-se os achados divulgados naquele artigo, sem reconstrução de microdados individuais nem atribuição de frequências não informadas na publicação.

A segunda fonte empírica consiste em um levantamento complementar realizado entre 23 de junho e 10 de agosto de 2026, por meio de questionário digital elaborado na plataforma Tally, aplicado presencialmente e por meio de link compartilhado. O instrumento utilizado no projeto de pesquisa sobre turismo rural reuniu perguntas fechadas e abertas acerca do perfil dos participantes, conhecimento do conceito, experiências de visitação, percepção do patrimônio cultural, vínculo com propriedades rurais, potencial turístico, interesse em ofertar serviços ou experiências e necessidades de capacitação e apoio. A coleta ocorreu por adesão voluntária, mediante indicação de aceite no instrumento eletrônico.

A base fornecida continha 79 registros. Para o recorte complementar aqui analisado, excluiu-se um registro de pessoa com idade inferior a

18 anos, resultando em 78 respondentes adultos. Dos 78, 52 declararam sexo feminino e 26 masculino; 34 estavam nas faixas de 18 a 24 e 25 a 30 anos, consideradas conjuntamente como juventude adulta para fins desta análise. Os outros 44 estavam nas demais faixas de idade. A autodeclaração de possuir propriedade rural ou vínculo familiar com uma propriedade permitiu delimitar um subgrupo de 32 respondentes, dos quais 19 mulheres e 13 homens, com 12 jovens nas duas faixas etárias selecionadas. Esse vínculo não significa necessariamente que o respondente resida no meio rural ou detenha a propriedade.

As informações foram tabuladas mediante frequências absolutas e relativas e cruzamentos entre faixa etária, sexo declarado, vínculo com propriedade, conhecimento de atrativos, visitação, frequência de participação, percepção de potencial e intenção de oferta. As questões condicionadas ao vínculo rural foram analisadas exclusivamente no grupo pertinente; quando houve ausência de resposta, considerou-se o número de respostas válidas correspondente. As alternativas de múltipla escolha foram calculadas sobre o número de respondentes do grupo, permitindo percentuais cumulativos superiores a 100%. As respostas abertas foram examinadas por leitura temática para identificar fatores de acesso, apoio e organização da atividade, sem reprodução de dados pessoais.

A articulação entre as fontes ocorreu por eixos analíticos, partindo dos achados de 2024 sobre diferenciais territoriais, papel das mulheres, possibilidades para os jovens e obstáculos à implementação do turismo rural. Os dados de 2026 foram utilizados para complementar e problematizar esses achados, sem somar amostras ou produzir uma série temporal. As diferenças de

instrumentos, de perfis dos participantes e de amostragem não probabilística impedem inferências de evolução percentual e de relações causais. Os resultados devem ser interpretados no âmbito dos grupos estudados.

Quadro 1. Fontes empíricas e estratégia de análise

Dimensão	Pesquisa de 2024 (base principal)	Levantamento de 2026 (complementar)
Participantes	50 mulheres e jovens de até 30 anos	78 adultos, sendo 32 com vínculo com propriedade rural
Instrumento	Entrevistas semiestruturadas	Questionário digital, presencial e on-line
Contribuição	Potencialidades, autonomia feminina, juventude e desafios da atividade	Conhecimento, acesso, potencial percebido, intenção de ofertar e demandas
Articulação	Achados publicados retomados por temas	Cruzamentos descritivos para qualificar os achados

Fonte: elaboração própria com base em Guedes *et al.* (2025) e nos dados do levantamento complementar (2026).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Potencialidades Territoriais e Reconhecimento dos Atrativos

Os resultados da pesquisa de 2024 indicaram que o turismo rural apresenta possibilidades de desenvolvimento em Ituiutaba e região, principalmente a partir da criação de roteiros que articulem recursos naturais e cultura local. Aproximadamente 30% dos 50 entrevistados

relataram algum diferencial em suas unidades produtivas, incluindo paisagens, cachoeiras, produção artesanal de queijos, doces e cachaça, além das práticas de hospitalidade características da região (Guedes *et al.*, 2025). Esses elementos evidenciam que a atividade turística pode se apoiar nas características já existentes nas propriedades, sem exigir necessariamente a substituição da produção agropecuária.

As propriedades rurais podem oferecer experiências que associem visitação, aprendizagem, gastronomia e contato com a natureza. A possibilidade de acompanhar processos produtivos, conhecer tradicionais formas de preparo de alimentos e percorrer trilhas ou paisagens rurais exemplifica a integração entre atividades agrícolas e não agrícolas. Nesse contexto, a valorização da gastronomia mineira e da diversidade dos recursos naturais pode contribuir para a criação de serviços vinculados às economias locais (Lima *et al.*, 2023). O aproveitamento dos diferenciais requer, todavia, condições de acesso e planejamento, além de medidas de proteção ambiental e segurança dos visitantes.

Os dados de 2026 permitem qualificar esse resultado. Entre os 32 adultos vinculados a propriedades rurais, 13 (40,6%) reconheceram potencial para turismo rural em sua propriedade ou região, 18 (56,3%) não o reconheceram e um (3,1%) afirmou já ofertar turismo rural. O percentual de 40,6% não representa aumento em relação aos cerca de 30% de 2024, pois a primeira pergunta refere-se a diferenciais em unidades produtivas, enquanto a segunda compreende percepção de potencial na propriedade ou na região. A convergência reside na identificação de oportunidades ainda não amplamente reconhecidas ou aproveitadas pelos participantes.

A existência de interesse pelas atividades também não equivale ao conhecimento dos atrativos. No levantamento complementar, 38 dos 78 adultos (48,7%) afirmaram conhecer algum atrativo potencial na região, enquanto 41 (52,6%) disseram já ter visitado algum. Entre os 38 que reconheciam atrativos, 31 haviam realizado visitação (81,6%); entre os 40 que não os reconheciam, dez haviam visitado algum (25,0%). O cruzamento indica associação descritiva entre reconhecimento e visitação, embora não permita estabelecer qual condição antecedeu a outra. É possível que algumas experiências de visitação não sejam identificadas pelos participantes como turismo rural.

Essas informações dialogam com o diagnóstico de 2024, ao indicar que a estruturação de roteiros deverá ser acompanhada pela divulgação e pelo reconhecimento do patrimônio local. Entre os adultos do levantamento complementar, 64 de 78 (82,1%) consideraram que a cultura local não é valorizada, apontando limites para a conversão dos elementos culturais e naturais em experiências reconhecidas pela própria população. A leitura das respostas abertas revelou menções à falta de divulgação, investimento e interesse, reforçando a necessidade de considerar a população local como agente do desenvolvimento e não somente como público consumidor.

4.2. Turismo Rural e Empoderamento Feminino

A pesquisa de 2024 evidenciou a importância das mulheres nas atividades ligadas à hospitalidade, à elaboração de produtos artesanais e à comercialização de alimentos, reconhecendo nesses conhecimentos oportunidades de geração de renda e fortalecimento da autonomia financeira. O valor de tais produtos não

se limita ao preço de comercialização: eles incorporam referências simbólicas, histórias familiares e saberes transmitidos entre gerações. A elaboração de artesanatos e alimentos, quando inserida em atividades turísticas, pode favorecer o reconhecimento da identidade cultural e do trabalho de suas produtoras (Guedes *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2023).

Essa perspectiva converge com Brenzan *et al.* (2021), que abordam a atuação das mulheres na organização de atividades turísticas e sua participação em funções de administração. O turismo pode ampliar o reconhecimento dessas capacidades, mas a realização de atividades normalmente desempenhadas no âmbito familiar não equivale, por si só, à autonomia. É fundamental considerar o acesso aos rendimentos, a possibilidade de participar das decisões e a distribuição do trabalho entre os membros da família.

O levantamento de 2026 permite problematizar a relação entre potencialidades e participação. Entre as 19 mulheres adultas vinculadas a propriedades, nove (47,4%) reconheceram potencial turístico, nove (47,4%) não o reconheceram e uma (5,3%) já ofertava a atividade. Sete (36,8%) haviam visitado algum atrativo e 17 (89,5%) declararam frequência de participação baixa ou nula. Entre os 13 homens vinculados a propriedades, nove (69,2%) haviam visitado atrativos e quatro (30,8%) indicaram participação baixa ou nula. A diferença é relevante como diagnóstico do grupo, mas não permite atribuir sua origem exclusivamente ao gênero, uma vez que a composição etária, as oportunidades de deslocamento e demais características dos respondentes podem influenciar o resultado.

O estudo de 2024 destacou os benefícios possíveis do turismo para as mulheres; os dados complementares demonstram que a

apropriação dessa possibilidade precisa ser examinada à luz das condições concretas de participação. Das 18 mulheres que responderam à questão sobre intenção de oferta, dez não tinham interesse e três apresentaram interesse baixo (72,2%, conjuntamente). Três admitiram pensar sobre a possibilidade e duas desejavam ofertar, condicionando essa decisão à existência de auxílio. Cinco de 18 (27,8%) manifestaram, portanto, algum grau de abertura à oferta. A mulher que já ofertava turismo rural não respondeu a esse item.

Esses resultados não contradizem a relevância do turismo rural como possibilidade de empoderamento feminino, mas sugerem que a atividade não é necessariamente percebida como alternativa viável por todas as mulheres. O interesse em receber visitantes e comercializar produtos depende da organização do trabalho, da disponibilidade de tempo e recursos e das condições de gestão. O empoderamento envolve, igualmente, a autonomia de escolher não desenvolver determinada atividade. A perspectiva crítica de Figueroa-Domecq, de Jong e Williams (2020) permite compreender que o empreendedorismo feminino deve ser analisado em relação às condições familiares e institucionais, não apenas à iniciativa individual.

Tabela 1. Participação e intenção de oferta por sexo declarado entre adultos com vínculo com propriedade rural (2026)

Indicador	**Mulheres (n = 19)**	**Homens (n = 13)**
Conhecem atrativos	8 (42,1%)	9 (69,2%)
Já visitaram atrativos	7 (36,8%)	9 (69,2%)

Participação baixa ou nula	17 (89,5%)	4 (30,8%)
Reconhecem potencial[1]	9 (47,4%)	4 (30,8%)
Consideram ofertar ou querem auxílio[2]	5/18 (27,8%)	5/13 (38,5%)

Fonte: elaboração própria (2026). [1] Uma mulher já ofertava turismo rural. [2] Denominador: respostas válidas sobre intenção de oferta; uma participante não respondeu.

4.3. Juventude Rural e Perspectivas de Permanência

Os jovens entrevistados em 2024 demonstraram interesse pelas atividades turísticas, sobretudo quando associadas à possibilidade de frequentar cursos técnicos e estabelecer parcerias com instituições locais para desenvolver habilidades de gestão e atendimento. Esse resultado está relacionado à discussão sobre a criação de perspectivas profissionais no campo e a diversificação das atividades das famílias rurais (Abramovay, 1999; Gaviria; Menasche, 2006). A atividade turística possibilita incorporar novas tecnologias ao cotidiano das propriedades, mediante divulgação em redes sociais, agendamento de visitas, comercialização digital de produtos e organização de informações sobre os atrativos.

A participação dos jovens em iniciativas de turismo rural pode contribuir tanto para novas oportunidades econômicas quanto para a continuidade das tradições das comunidades. Ao atuar na divulgação, na recepção e no planejamento das atividades, a juventude pode associar conhecimentos de comunicação e gestão aos saberes familiares e às características culturais do território. Entretanto, a inserção profissional exige condições para a tomada de decisões, acesso a recursos e possibilidade de obtenção de renda. A

sucessão ou permanência no campo não pode ser deduzida exclusivamente do interesse manifestado pelo turismo.

O levantamento de 2026 permite distinguir o interesse dos jovens como visitantes das expectativas de atuar na oferta. Considerando os 34 adultos das faixas de 18 a 24 e 25 a 30 anos, 23 (67,6%) já haviam visitado algum atrativo, em comparação com 18 de 44 (40,9%) das demais faixas etárias. A frequência baixa ou nula foi indicada por 19 de 34 jovens (55,9%) e 39 de 44 respondentes das demais faixas (88,6%). Esses dados sugerem maior aproximação dos jovens participantes com as experiências turísticas, sem indicar necessariamente maior envolvimento profissional.

Tabela 2. Experiências de interesse por faixa etária entre adultos (2026)

Experiência	18 a 30 anos (n = 34)	Demais faixas (n = 44)
Hospedagem em fazendas	22 (64,7%)	15 (34,1%)
Festas tradicionais	20 (58,8%)	12 (27,3%)
Cachoeiras	19 (55,9%)	21 (47,7%)
Visita a fazendas históricas	18 (52,9%)	21 (47,7%)
Gastronomia típica	15 (44,1%)	22 (50,0%)
Vivências agropecuárias	12 (35,3%)	9 (20,5%)

Fonte: elaboração própria (2026). Questão de múltipla escolha, até cinco alternativas. Percentuais calculados sobre os participantes de cada grupo.

O interesse pela hospedagem em fazendas, pelas festas tradicionais, cachoeiras e visitas a fazendas históricas reforça a possibilidade, identificada em 2024, de combinar cultura e natureza em experiências turísticas. No entanto, parte expressiva dos jovens respondentes não possuía vínculo com propriedades rurais. Para compreender as possibilidades da atividade como estratégia de trabalho familiar, o cruzamento foi delimitado aos 12 jovens com esse vínculo.

Nesse subgrupo, nove (75,0%) já haviam visitado atrativos; apenas dois (16,7%) reconheceram potencial turístico na propriedade ou região. Entre os 20 adultos vinculados a propriedades das demais faixas etárias, sete haviam visitado atrativos (35,0%) e 11 reconheceram potencial (55,0%), além de um que já ofertava a atividade. Assim, a maior experiência de visitação dos jovens não se traduziu em maior reconhecimento das possibilidades de oferta em suas próprias localidades. O resultado complementa a percepção de 2024, indicando que a capacitação deverá abordar a identificação e o planejamento dos recursos existentes, e não somente as habilidades de divulgação das atividades.

Entre os 12 jovens vinculados a propriedades, quatro considerariam a possibilidade de ofertar turismo rural, quatro declararam interesse baixo e quatro não tinham interesse. Nenhum declarou querer ofertar de imediato com auxílio. Entre aqueles quatro que poderiam pensar sobre a oferta, dois demonstraram interesse em capacitação. Esses resultados conferem maior precisão ao interesse por cursos técnicos identificado nas entrevistas de 2024: a disposição para aprender e experimentar atividades existe, mas depende dos projetos de vida e das oportunidades percebidas, e não é compartilhada uniformemente por todos os jovens.

Tabela 3. Visitação, potencial e intenção de oferta segundo faixa etária, no grupo com vínculo com propriedades (2026)

Indicador	18 a 30 anos (n = 12)	Demais faixas (n = 20)
Já visitaram atrativos	9 (75,0%)	7 (35,0%)
Participação baixa ou nula	4 (33,3%)	17 (85,0%)
Reconhecem potencial	2 (16,7%)	11 (55,0%)
Já ofertam turismo rural	0 (0%)	1 (5,0%)
Podem pensar em ofertar[1]	4/12 (33,3%)	2/19 (10,5%)
Querem ofertar com auxílio[1]	0/12 (0%)	4/19 (21,1%)

Fonte: elaboração própria (2026). [1] Respostas válidas: 12 jovens e 19 das demais faixas; uma pessoa que já ofertava a atividade não respondeu.

4.4. Barreiras, Assistência Técnica e Políticas Públicas

A investigação de 2024 apontou desafios relacionados à necessidade de maior suporte técnico, capacitação profissional e infraestrutura turística. Os entrevistados mencionaram dificuldades de acesso a crédito e a ausência ou insuficiência de políticas públicas capazes de fomentar o turismo rural. O trabalho de Araújo, Bahia e Ferreira (2011) observa problemas semelhantes no turismo rural da agricultura familiar, destacando que a organização das atividades exige qualificação adequada às especificidades das propriedades e das localidades.

No Brasil, a discussão sobre programas de fortalecimento da agricultura familiar, como o crédito rural do PRONAF, e sobre a integração do turismo às estratégias de desenvolvimento rural constitui referência para pensar alternativas de apoio à atividade. A efetividade desses instrumentos depende da informação disponibilizada aos agricultores, das condições de elegibilidade, da atuação das instituições de assistência técnica e das possibilidades de organização de iniciativas coletivas. Assim, a existência de políticas públicas, por si só, não garante a incorporação das famílias rurais à atividade turística.

Os dados de 2026 permitem observar a relação entre reconhecimento do potencial e disposição para ofertar. Entre os 32 adultos com vínculo rural, 31 responderam à questão sobre intenção de oferta: 15 não tinham interesse, seis apresentaram interesse baixo, seis poderiam pensar sobre a possibilidade e quatro desejavam ofertar com auxílio. Em conjunto, 21 de 31 (67,7%) manifestaram interesse baixo ou inexistente, e dez de 31 (32,3%) indicaram alguma abertura à oferta. O cruzamento com a percepção de potencial, apresentado na Tabela 4, permite evidenciar que reconhecer recursos turísticos não implica automaticamente decidir desenvolvê-los.

Tabela 4. Potencial turístico percebido e intenção de ofertar turismo rural (2026)

Potencial percebido	Sem interesse	Baixo	Pode pensar	Quer auxílio	Sem respo
Sim (n = 13)	5	2	3	3	0

Não (n = 18)	10	4	3	1	0
Já oferta	0	0	0	0	1

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: https://revistatopicos.com.br/artigos/turismo-rural-empoderamento-feminino-e-permanencia-dos-jovens-no-campo-evidencias-de-2024-e-perspectivas-em-ituiutaba-mg?noblockage

Fonte: elaboração própria (2026). Frequências absolutas. Total de 32 adultos com vínculo com propriedade rural.

Entre os 13 que reconheceram potencial, seis (46,2%) apresentaram alguma abertura à oferta; entre os 18 que não o reconheceram, quatro (22,2%) demonstraram abertura. Na amostra, portanto, a disposição para ofertar apareceu em ambos os grupos, inclusive entre pessoas que não identificaram potencial em seu entorno. Considerando os dez respondentes que sinalizaram abertura, oito manifestaram interesse em treinamento, o que reforça a pertinência das demandas por capacitação registradas em 2024. A pequena dimensão dos grupos impede generalizar essas proporções ou estabelecer relação causal.

As respostas abertas do levantamento complementar indicaram obstáculos associados ao deslocamento, distância, dificuldade financeira, falta de tempo, divulgação insuficiente e desconhecimento dos locais. Entre as condições que poderiam incentivar a organização da oferta apareceram apoio financeiro, assistência técnica, divulgação e disponibilidade de mão de obra. Também houve manifestações de desinteresse e preocupações referentes à compatibilidade entre a visitação turística e o funcionamento das unidades produtivas. Essa diversidade de

respostas indica a necessidade de pensar soluções específicas para as famílias, em vez de pressupor um único modelo de empreendimento turístico.

A extensão rural constitui uma dimensão importante dessa articulação. Pinho e Rabinovici (2015) discutem possibilidades de aproximação entre extensão e turismo, destacando a participação das comunidades e a valorização das características do território. Para as localidades investigadas, as ações de extensão podem contemplar o reconhecimento de patrimônios naturais e culturais, a sensibilização sobre as diferentes modalidades de turismo, visitas a experiências próximas, oficinas sobre gestão e recepção de visitantes e orientação quanto às exigências de segurança, sanitárias e ambientais. Uma agenda dessa natureza deve ser construída com aqueles que demonstram interesse, evitando a indução indiscriminada de novos empreendimentos.

4.5. Síntese Comparativa dos Levantamentos

A análise conjunta dos achados evidencia que os elementos identificados em 2024 como promissores permanecem relevantes para a reflexão sobre o território, mas o conhecimento das condições de implementação foi ampliado pelo levantamento complementar. A contribuição de 2026 está em distinguir potencial territorial, participação como consumidor, intenção de oferta e necessidade de apoio, dimensões que não haviam sido quantificadas separadamente na publicação original. O Quadro 2 sintetiza o diálogo entre as duas investigações.

Quadro 2. Articulação entre as evidências de 2024 e o levantamento complementar de 2026

Eixo	Achado central de 2024	Evidência complementar de 2026	Interpretação
Potencial territorial	Cerca de 30% apontaram diferenciais nas unidades produtivas.	13/32 reconheceram potencial; 1 já oferecia turismo.	Há recursos percebidos, mas indicadores distintos não medem evolução.
Mulheres	Hospitalidade, artesanato e produtos locais como oportunidades de renda e valorização.	17/19 com participação baixa/nula; 5/18 abertas à oferta.	Oportunidades precisam ser acompanhadas de autonomia e condições de trabalho.
Juventude	Interesse em cursos, gestão e atendimento; potencial de inovação.	9/12 jovens vinculados visitaram atrativos; 4/12 considerariam ofertar.	Visitação e intenção de empreender são dimensões diferentes.
Apoio institucional	Demanda por capacitação, infraestrutura e acesso a crédito.	8/10 interessados em avaliar/ofertar turismo aceitam capacitação.	Formação e apoio seletivos podem atender demandas concretas.
Patrimônio	Valorização da cultura e paisagens como suporte aos roteiros.	64/78 consideram insuficiente a valorização cultural.	Divulgação e reconhecimento precisam caminhar com a participação comunitária.

Fonte: elaboração própria com base em Guedes *et al.* (2025) e no levantamento complementar (2026). Os números de 2026 referem-se aos respectivos grupos e respostas válidas.

A síntese evidencia que o turismo rural pode ser pensado como uma estratégia de desenvolvimento a partir da integração entre o campo e a cidade, a cultura local e as atividades produtivas, tal como discutido no referencial teórico. Contudo, a materialização dessa estratégia depende de uma organização territorial que reconheça as especificidades dos sujeitos e das propriedades. As evidências de 2024 sustentam a discussão sobre a importância econômica e social da atividade; os dados de 2026 qualificam as condições sob as quais essas possibilidades podem ser desenvolvidas, contribuindo para uma agenda de ação mais próxima dos interesses manifestados pelos participantes.

5. CONCLUSÃO

O turismo rural representa uma possibilidade de desenvolvimento local e inclusão social em contextos como Ituiutaba-MG e região. A pesquisa de 2024 identificou elementos naturais, culturais e produtivos que podem integrar experiências turísticas, além de oportunidades para o reconhecimento do trabalho das mulheres e o envolvimento dos jovens em novas modalidades de atuação econômica. As iniciativas de turismo rural podem, assim, contribuir para diversificar a renda familiar, fortalecer os vínculos com o território e ampliar as possibilidades de permanência da população no campo.

O levantamento complementar de 2026 permitiu identificar condições que precisam ser consideradas na efetivação desse potencial. O interesse em visitar atrativos não equivale ao interesse em ofertar serviços turísticos. A percepção de recursos existentes não assegura disponibilidade de tempo, infraestrutura, investimentos ou autonomia para transformar esses elementos em

atividades econômicas. No caso das mulheres, a baixa frequência de participação e a intenção de oferta predominantemente limitada indicam que políticas de inclusão precisam considerar a organização do trabalho e a liberdade de escolha. Entre os jovens, a maior aproximação com experiências turísticas, associada à limitada intenção de oferta, evidencia a necessidade de oportunidades de formação e planejamento conectadas a seus projetos de vida.

Os achados sustentam a importância de iniciativas públicas e de extensão rural que promovam reconhecimento e valorização do território, acesso à informação, capacitação prática, assistência técnica e articulação institucional. A criação de roteiros e a organização de atividades turísticas devem ser acompanhadas de ações que garantam a preservação dos recursos naturais e das referências culturais, sem ampliar a sobrecarga de trabalho ou restringir a autonomia das famílias rurais.

As diferenças entre as amostras e os instrumentos dos dois levantamentos impedem conclusões sobre mudanças estatísticas entre 2024 e 2026. Também não se pretende demonstrar que o turismo rural tenha produzido aumento de renda, empoderamento ou permanência dos jovens, pois esses efeitos demandam acompanhamento de iniciativas concretas. Sugere-se que trabalhos posteriores investiguem a implementação de projetos-piloto, a participação efetiva das mulheres nas decisões e a trajetória ocupacional dos jovens interessados nas atividades. Dessa forma, a contribuição do turismo para o desenvolvimento rural poderá ser avaliada não apenas pela disponibilidade de recursos, mas pela capacidade de oferecer alternativas efetivamente desejadas e sustentáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Jovens rurais: compreendendo o campo e suas perspectivas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** v. 80, n. 196, p. 259–282, 1999.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais: políticas públicas e dinâmicas sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ARAÚJO, A. L. M.; BAHIA, E. T.; FERREIRA, W. R. Turismo rural na agricultura familiar: um estudo sobre as possibilidades e limitações no município de Alfredo Vasconcelos, MG. **Caderno Virtual de Turismo,** v. 11, n. 3, p. 370–383, 2011.

BAPTISTA, F. O. **Agriculturas e territórios.** Oeiras: Celta, 2001.

BAPTISTA, F. O. Territórios de baixa densidade: olhares e prospectivos. **Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança.** Proença-a-Nova: CCD, p. 7–8, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRENZAN, C. K. M.; COTICA, K. J. F.; LEITE, M. H. R.; FONTANA, R. F. A mulher no turismo rural: um estudo no Roteiro Circuito do Sol do município de Nova Aurora-PR. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo,** n. 30, 2021.

CARNEIRO, M. J. A agricultura familiar na era da globalização: uma reflexão crítica. **Estudos Sociedade e Agricultura,** n. 10, p. 89–116, 1998.

CARNEIRO, M. J. Rural como categoria de pensamento. **Ruris,** Campinas, v. 2, p. 9–39, 2008.

CERETTA, C. C.; DE MELLO, C. I.; ZAMBERLAN DOS SANTOS, N. R. O patrimônio cultural imaterial e desenvolvimento rural: implicações para a prática extensionista. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade,** v. 8, n. 1, 2016. DOI: https://doi.org/10.18226/21789061.v8e001.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **Empoderamiento de las mujeres a través del acceso a la tierra.** FAO, 2001.

DUARTE, D. C.; PEREIRA, A. D. J. O papel da mulher no turismo rural: um estudo no circuito Rajadinha de Planaltina – Distrito Federal. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo,** v. 12, n. 3, p. 81–103, 2018. DOI: https://doi.org/10.7784/rbtur.v12i3.1446.

FIGUEROA-DOMECQ, C.; DE JONG, A.; WILLIAMS, A. M. Gender, tourism and entrepreneurship: a critical review. **Annals of Tourism Research,** v. 84, art. 102980, 2020. DOI: https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.102980.

GAVIRIA, M. R.; MENASCHE, R. A juventude rural no desenvolvimento territorial: a análise da posição e papel dos jovens. **Estudo & Debate,** Lajeado, v. 13, n. 1, p. 69–82, 2006.

GAWELETA, E. B.; BILLOTA, P. Planejamento integrado do turismo rural sustentável e agricultura familiar para promover o desenvolvimento regional: metas e ações. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável GUAJU,** v. 8, 2022.

GUEDES, A. C. *et al.* Turismo rural: em busca do empoderamento feminino e do incentivo à permanência dos jovens no espaço rural. **Contribuciones a las Ciencias Sociales,** São José dos Pinhais, v. 18, n. 2, p. 1–16, 2025. DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.18n.2-064.

KAYSER, B. **La renaissance rurale.** Paris: A. Colin, 1990.

KINSELLA, J. *et al.* Pluriactivity as a livelihood strategy in Irish farm households and its role in rural development. **Sociologia Ruralis,** v. 40, n. 4, p. 481–496, 2000.

LIMA, P. M.; GOMES, G. N.; CALABRO, G. L.; ANTUNES, T. R.; LOPES, A. C. M. Turismo criativo em Minas Gerais: um campo de estudos em formação. **Brazilian Creative Industries Journal,** v. 3, n. 2, p. 218–231, 2023.

LUNARDI, R.; SOUZA, M.; PERURENA, F. O trabalho de homens e mulheres no turismo rural em São José dos Ausentes: o "leve" e o "pesado". **Turismo: Visão e Ação,** v. 17, n. 1, p. 179–209, 2015.

MARSDEN, T. Beyond agriculture: regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies,** v. 11, n. 3, p. 285–296, 1995.

MORMONT, M. Vers une redéfinition du rural. **Recherches Sociologiques,** v. 20, n. 3, p. 331–350, 1989.

PATO, M. L. J. O modesto contributo do turismo rural no Douro, Portugal: um estudo baseado nos promotores e na oferta turística. **Turismo em Análise,** v. 27, n. 3, p. 624–643, 2015.

PAULINO, I.; BURGOS-TARTERA, C.; AULET, S. Participatory governance of intangible heritage to develop sustainable rural

tourism: the timber-raftsmen of La Pobla de Segur, Spain. **Journal of Heritage Tourism,** v. 18, n. 5, p. 710–729, 2023. DOI: https://doi.org/10.1080/1743873X.2023.2235440.

PINHO, A. M.; RABINOVICI, A. Extensão rural e turismo: caminhos que se cruzam? **Revista Turismo em Análise,** v. 26, n. 2, p. 358–384, 2015. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v26i2p358-384.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Empreendimentos rurais no Brasil: uma alternativa ao êxodo rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** v. 46, n. 2, p. 249–271, 2008.

SILIPRANDI, E. **Gênero e agricultura sustentável: as mulheres rurais no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOLARI, A. B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSANYI, T.; QUEDA, O. **Vida rural e mudanças.** São Paulo: Editora Nacional, 1979. p. 3–14.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. A.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198–224.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq) da Universidade do Estado de Minas Gerais, pelo apoio à investigação de 2024, e aos editais UEMG PQ 13/2024 e PAPq 14/2025, aos quais se vinculou o levantamento complementar de 2026.

[1] Doutora em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarian (UFSC) E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[2] Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[3] Mestra em Microbiologia Agropecuária pela UNESP. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[4] Doutora em Microbiologia Agropecuária pela UNESP. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[5] Doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[6] Doutora em educação pela UFU. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail